

LATICÍNIOS PORTO ALEGRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. - CNPJ/MF: 60.301.334/0001-03

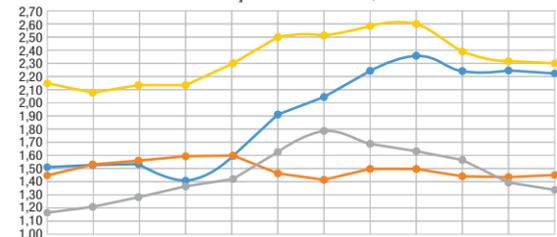
Mensagem da Administração

É com satisfação que a Administração do Laticínios Porto Alegre ("LPA" ou "Porto Alegre") apresenta os resultados referentes ao exercício de 2021. Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19) uma emergência de saúde global, que perdura até os dias atuais. O ano de 2021, assim como 2020, trouxe diversos desafios à LPA, em meio ao cenário econômico e sanitário de muitas incertezas, alta volatilidade, e fortes impactos inflacionários. A administração da LPA manteve-se focada na estratégia de adaptar-se rapidamente a diferentes demandas e necessidades do mercado, ajustando suas estratégias de compra de matéria prima, volume de produção e posicionamento da marca no mercado, objetivando sempre otimizar o resultado da companhia. A LPA manteve o foco no que é essencial: a valorização da vida! Conduzimos nossas operações junto com os nossos colaboradores e parceiros, com segurança e empatia, cumprindo todas as recomendações de saúde dos órgãos competentes e priorizando o bem-estar de todos. Apesar do cenário de incerteza da economia brasileira, estamos confiantes com relação às perspectivas do LPA para 2022-2023, seguindo nossos planos de expansão de portfólio de produtos e crescimento da companhia. Trabalhando ininterruptamente nesses 365 dias do ano, o LPA segue firme e empenhado em manter a Companhia posicionada entre as empresas mais eficientes e sólidas do mercado, focada em rentabilidade, na geração de caixa e na criação de valor. Gostariamos de registrar o nosso agradecimento aos produtores rurais, clientes, fornecedores, instituições financeiras, órgãos governamentais e demais parceiros por todo empenho e dedicação. Em especial, agradecemos aos nossos 1.723 colaboradores pela dedicação à produção de bens de necessidade básica e essencial, trabalhando de forma exemplar e responsável, em meio ao cenário de incerteza e insegurança causada pela COVID-19. Agradecemos aos nossos acionistas e reafirmamos nosso compromisso em gerar valor tanto do ponto de vista de entrega de resultados, como em total transparência, ética e nos mais elevados níveis de governança e de responsabilidade social corporativa. A Porto Alegre prossegue em sua missão de levar a mesa do consumidor o autêntico sabor de Minas, o sabor do essencial, o sabor das coisas simples e gostosas da vida. Muito obrigado, Administração do LPA.

Cenário econômico e setorial - Conforme informações de mercado, de acordo com projeções do Banco Bradesco e Morgan Stanley, a expectativa econômica é de um PIB em expansão, mas em ritmo lento. A previsão é de alta da atividade em 0,5%, que de acordo com os profissionais da Morgan Stanley, seria devido "ao consumo mais fraco que contribuiu decisivamente para um crescimento decepcionante da economia em 2022, dados os ventos contrários vindos da concessão de crédito e da massa salarial real", e que "embora a incerteza política também possa afetar o crescimento do investimento, o consumo privado é de fato o principal contribuinte para o nosso número revisado de previsão de crescimento do PIB em 2022". Neste mesmo cenário, o Banco Bradesco divulgou uma projeção do PIB de 0,52% para 2022. Ainda conforme dados divulgados pelo Bradesco, o PIB brasileiro de 2021 apresentou um crescimento real de +4,52% (-3,88% em 2020), enquanto o crescimento real do PIB na Agropecuária foi de -0,31% em 2021 (+3,75% em 2020), e a taxa de desemprego foi de 13,25% em 2021 (13,76% em 2020). O IPCA foi de 10,06% em 2021, e o IGPIM 17,78% (projeções de 5,40% e 7,75% respectivamente para 2022). As cotações do dólar e do euro frente ao real fecharam em R\$ 5,65 e R\$ 6,42, respectivamente (projeção de 2022 em R\$ 5,50 e R\$ 6,44, respectivamente). Encerramos a Selic em 2021 em 9,75% a.a. e a projeção para 2022 é de 11,75%. A nota de crédito da agência de risco Standard & Poor's ("S&P") para o Brasil foi reafirmada para rating "BB-/B", com perspectiva estável. Segundo a S&P, a economia do Brasil se recuperou mais rápido do que o esperado, mas suas perspectivas de crescimento ainda são moderadas. Assim, pressões sobre os gastos e uma alta nas taxas de juros provavelmente resultarão em uma consolidação fiscal lenta. Conforme dados divulgados no MilkPoint (fonte IBGE), os dados preliminares da Pesquisa Trimestral do Leite do IBGE para o quarto trimestre de 2021 apontam uma queda de 5,7% na captação de leite cru resfriado, em relação ao mesmo período de 2020.

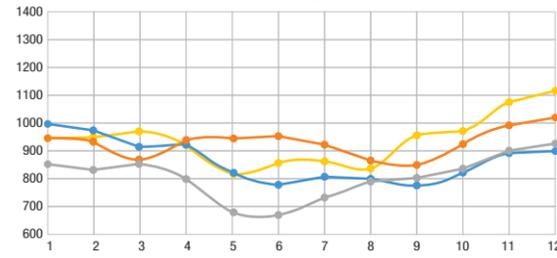
Historicamente observamos um aumento na captação de leite entre o terceiro e o quarto trimestre, devido a sazonalidade de produção. Entretanto, em 2021 esse aumento foi o menor observado desde 1997. Essa redução na captação de leite no segundo semestre de 2021 impactou no volume total do ano. No ano de 2020 foram captados 25.641.262 (em mil litros), enquanto em 2021, esse número recuou para 25.021.244 (em mil litros), uma redução de aproximadamente 2,4%. Esta é a primeira vez desde 2016 que observa-se um recuo entre os anos. Esta redução tem diversos fatores, mas entre os mais relevantes, podemos citar queda do RMCR (Receita Menos Custo de Ração), impulsionada pelo aumento nos custos de produção. Os impactos da pandemia mundial afetaram diversas cadeias produtivas, e a do leite também foi impactada, com o poder de compra da população diminuindo ao longo dos últimos meses de 2021. O mercado dos grãos tiveram altas históricas e consequentemente, levaram as variações negativas do RMCR. Outro ponto importante que contribuiu ativamente para a queda nos números apresentados foram os efeitos climáticos adversos enfrentados no segundo semestre de 2021. Enquanto o Sul do Brasil sofreu com estiagens, o Sudeste sofreu com excesso de chuvas, ambos prejudicando a produção e captação leiteira. Para este 1º trimestre de 2022 a tendência é de uma nova queda na captação de leite. Os efeitos dos custos de produção, associados a persistência dos impactos ocasionados pelos efeitos climáticos adversos podem levar a uma variação mais negativa do que o observado historicamente, diminuindo a disponibilidade de leite no mercado nacional. **Resultados** - Em 2020 a 2021, o comportamento do preço do leite foi atípico, devido a impactos da pandemia e dos aspectos inflacionários que aumentaram os custos de produção, o que interrompeu a tendência sazonal histórica do preço.

Preço Plataforma LPA - R\$/L

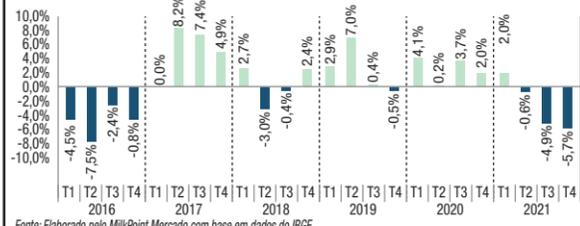


Adicionalmente, a Companhia adotou a estratégia de crescimento e expansão de sua base leiteira, aumentando a captação de leite em 8,4% em 2021 comparado a 2020. Em 2021, aumentamos nossa atuação no campo, formando novas parcerias e consolidando nossa parceria junto a fornecedores e parceiros.

Volume Total LPA - L/dia



A seguir, resumo dos nossos principais grupos de produtos, apresentando o volume de produção, volume de vendas, preço médio, e faturamento:



Fonte: Elaborado pelo MilkPoint Mercado com base em dados do IBGE.

Fonte: Elaborado pelo MilkPoint Mercado com base em dados do IBGE.

Desc. Produto	Volume Produzido		Volume de Vendas		%	Preço Médio de Vendas		%	Faturamento		%
	2021	2020	2021	2020		2021	2020		2021	2020	
Mussarela peça	12.815	12.762	11.144	11.050	1%	23,58	21,91	8%	262.797	242.167	9%
Leite UHT	108.913	82.589	105.863	105.240	1%	3,10	2,78	11%	327.699	292.589	12%
Leite em pó	4.011	-	3.591	102	3433%	19,86	13,00	53%	71.300	1.321	5299%
Queijos	7.352	7.154	6.894	7.149	-4%	27,79	24,50	13%	190.734	175.172	9%
Cremosos	6.785	5.943	6.670	6.320	6%	23,65	20,91	13%	157.745	132.160	19%
Linha UHT	10.371	7.021	10.090	6.740	50%	4,08	4,57	-11%	41.203	30.828	34%
Soro	15.183	14.053	15.110	14.349	5%	7,76	6,04	29%	117.301	86.606	35%
Iogurte	5.491	3.459	5.525	3.469	59%	5,23	4,77	10%	29.876	16.554	74%
Total dos produtos									1.197.686	977.397	23%
Outros									3.677	13.660	-73%
Total geral			1.943	7.986	-76%	1,89	1,71	11%	1.201.363	991.058	21%

Nossas linhas de produção vêm recebendo novos investimentos tecnológicos, garantido modernidade, qualidade e otimização nos processos industriais, reforçando nossas ações em prol da segurança dos nossos colaboradores. Em 2021, inauguramos uma planta de Secagem de Leite em Pó em Antônio Carlos (MG), e uma nova fábrica de Leite UHT em Rio Novo do Sul (ES), seguindo a estratégia de crescimento da companhia. O faturamento da LPA cresceu 21% (R\$ 210 milhões), apesar das adversidades, com destaques para: • Crescimento do faturamento de Leite em Pó (R\$ 70 milhões), que representa 33% deste crescimento (investimento da nova fábrica de Leite em Pó, com início da produção comercial em Abril de 2021); • Crescimento do faturamento de Leite UHT (R\$ 35 milhões), que representa 17% deste crescimento (investimento nova fábrica de Leite UHT em Rio Novo do Sul com início da produção comercial em Julho 2021); • Crescimento do faturamento de Soro de Leite em Pó 15% (com destaque para aumento do preço de 29%). O lucro bruto reduziu de 23,9%, impactado pelo aumento dos custos dos produtos vendidos em 33,5%. Os custos dos produtos vendidos e despesas operacionais aumentaram em geral 32,3% decorrente do aumento do volume de produção em 28,5% e das novas plantas industriais de Antônio Carlos (MG) e Rio Novo do Sul (ES). Os principais fatores foram: • Aumento dos custos com matéria prima, insumos e embalagens em 35,3%; • Aumento das despesas com Fretes e Carretos de compra de materiais e vendas de produtos em 17,5% • Aumento das despesas com Manutenção de Máquinas e Equipamentos em 41,5%; • Aumento das despesas com Energia Elétrica em 22,9%; • Aumento das despesas com pessoal em 9,7%, devido ao aumento quadro de colaboradores e dissídio. Os custos e despesas com depreciação e amortização aumentaram em 45,5% principalmente devido a: • Novas fábricas de Torre de Secagem de Leite em Pó em Antônio Carlos (MG) e Leite UHT em Rio Novo do Sul (ES), inauguradas ao longo de 2021; • Fábricas inauguradas em 2020 terem depreciado ao longo de todo o ano de 2021, e apenas parcialmente em 2020 (a partir do início de suas operações), principalmente as fábricas de Iogurte, Creamcheese, e Queijos Frescos em Antônio Carlos (MG). O resultado financeiro apresentou um aumento de despesas em 173,6% em relação a 2020. Os principais fatores foram a redução de juros recebido sobre reembolso de restituição tributária, e o aumento das despesas de juros sobre empréstimos. O EBIT, EBITDA e o Lucro Líquido estão apresentados abaixo:

	CVM ¹		GERENCIAL ²		SWISSGAAP ³	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido	16.939	71.979	16.939	71.979	(20.826)	38.609
% Receita líquida	1,7	8,7	1,7	8,7	(2,0)	4,7
Imposto de renda e contribuição social	-	(3.845)	-	(3.845)	-	(3.845)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	16.939	68.135	16.939	68.135	(20.826)	34.765
Resultado não recorrente	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro	8.816	3.222	8.825	3.228	10.297	5.665
EBIT	25.755	71.356	25.764	71.363	(10.529)	40.430
% Receita líquida	2,5	8,6	2,5	8,6	(1,0)	4,9
Depreciação e amortização	26.678	18.333	26.678	18.333	59.066	48.019
EBITDA	52.433	89.689	52.442	89.696	48.537	88.450
% Receita líquida	5,1	10,8	5,1	10,8	4,7	10,7

¹ O EBITDA e EBIT preparados nos moldes da instrução CVM 527/2012. ² O EBITDA e EBIT no modelo gerencial consideram ajustes e reclassificações na contabilidade para refletir melhor algumas diretrizes da administração. ³ O EBITDA e EBIT no padrão SwissGAAP são oriundos dos saldos contábeis preparados nos moldes da CVM, que utilizam as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório Financeiro (IFRS).

Investimentos, Endividamento e Caixa - O investimento bruto em expansão totalizou R\$ 49,9 milhões em 2021 (R\$ 81,8 milhões em 2020 devido às expansões daquele ano). Vale destacar que esses investimentos seguem as estratégias de crescimento e expansão projetadas pela Companhia. A Companhia cumpriu integralmente suas obrigações com terceiros. Seu nível de alavancagem financeira aumentou de 17% em 2020 para 27% em 2021 devido aos investimentos em expansão das novas fábricas e aumento de suas atividades operacionais.

	CVM		GERENCIAL	
	2021	2020	2021	2020
Divida Líquida	199.381	107.658	199.381	107.658
EBITDA	52.433	89.689	52.442	89.696
Índice	3,8	1,2	3,8	1,2

EBITDA / Resultado Financeiro

	2021	2020
EBITDA (CVM)	52.433	89.689
Resultado Financeiro	8.816	3.222
Índice	5,9	27,8

	2021	2020
Liquidez imediata	0,07	0,16
Liquidez seca	0,89	1,53
Liquidez corrente	1,25	2,06
Liquidez geral	1,13	1,28
Endividamento geral	71,7%	50,7%
Prazo médio de recebimento	56 dias	53 dias
Prazo médio de pagamento	42 dias	43 dias
Prazo médio de estocagem	48 dias	44 dias
Ciclo financeiro operacional	62 dias	54 dias

Contatos da Administração

João Lúcio Barreto Carneiro – Diretor Presidente / CEO
 Carlos Magno Armond Mafía – Diretor Administrativo e Financeiro / CFO
 Ewerton Almeida Bretz – Gerente de Contabilidade

Telefone: +55 (31) 3819-3200
 E-mail: diretoria@laticiniosportoalegre.com.br

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
Ativo	2021	2020	Passivo Circulante	2021	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	22.245	25.066	Fornecedores (Nota 12)	101.950	79.772
Contas a receber de clientes (Nota 6)	159.007	121.946	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	210.557	53.022
Estoques (Nota 7)	122.815	84.246	Salários e obrigações sociais	11.697	10.259
Tributos a recuperar (Nota 8)	107.039	89.228	Obrigações tributárias (Nota 14)	5.331	6.142
Adiantamentos a fornecedores	1.869	387	Dividendos a pagar (Nota 16)	-	4.029
Outras contas a receber	7.537	5.249	Passivos de arrendamento (Nota 15)	1.066	1.101
	420.512	326.122	Outras contas a pagar (Nota 12)	4.508	3.472
				335.109	157.797
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	11.069	79.702
Depósitos judiciais (Nota 9)	15.031	12.045	Provisão para contingências (Nota 9)	3.976	3.484
Tributos a recuperar (Nota 8)	2.604	4.243	Passivos de arrendamento (Nota 15)	18.348	729
	17.635	16.288	Obrigações tributárias (Nota 14)	18.127	25.124
Imobilizável (Nota 10)	492.049	450.323	Outras contas a pagar (Nota 12)	1.693	1.694
Intangível (Nota 11)	4.400	5.133		53.212	110.733
	514.084	471.744		388.321	268.530
Total do ativo	934.596	797.866	Patrimônio líquido (Nota 16)	463.311	463.311
			Capital social	68.849	52.265
			Reservas de incentivos fiscais	14.114	13.760
			Reservas de lucros	546.274	529.336
			Total do passivo e patrimônio líquido	934.596	797.866

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	2021	2020	
Receita (Nota 17)	1.025.415	826.878	
Custo das vendas (Nota 18)	(921.136)	(689.871)	
Lucro bruto	104.279	137.007	
Despesas com vendas (Nota 18)	(52.423)	(44.518)	
Despesas administrativas (Nota 18)	(25.360)	(20.760)	
Outras despesas, líquidas (Nota 18)	(741)	(373)	
Lucro operacional	25.755	71.356	
Despesas financeiras (Nota 19)	(12.146)	(10.263)	
Receitas financeiras (Nota 19)	3.330	7.041	
Resultado financeiro	(8.816)	(3.222)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.939	68.134	
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)	-	3.845	
Lucro líquido do exercício	16.939	71.979	
Lucro básico por ação no fim do exercício (Nota 21)	0,15	0,63	
Lucro básico por ação por média ponderada de ações em circulação (Nota 21)	0,15	0,63	

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	-	3.845	
Total do resultado abrangente do exercício	16.939	71.979	

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro			
Em milhares de reais			
	2021	2020	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	16.939	68.134	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	16.939	68.134	
Ajustes de			
Depreciação e amortização (Nota 10 e 11)	27.725	19.380	
Juros provisionados	10.409	7.094	
Baixa de ativo imobilizado e intangível (Nota 10)	103	112	
Provisão para contingências (Nota 9)	492	(974)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	269	724	
Provisão para obsolescência de estoque (Nota 7)	(12)	153	
Ajuste a valor presente de arrendamento	396	(613)	
Reversão de depósitos judiciais	524	-	
Provisão de juros e multa sobre parcelamentos tributários	1.283	3.594	
	58.128	97.604	
Variações nos ativos e passivos	(37.330)	(21.803)	
Contas a receber de clientes (Nota 6)	(38.557)	(20.516)	
Estoques (Nota 7)	(16.172)	(4.088)	
Tributos a recuperar (Nota 8)	(1.482)	1.131	
Adiantamentos a fornecedores	(2.288)	(1.418)	
Outras contas a receber	(3.510)	(940)	
Depósitos judiciais (Nota 9)	22.178	4.209	
Fornecedores (Nota 12)	1.438	(431)	
Salários e obrigações sociais	(9.091)	7.412	
Obrigações tributárias	(1.814)	-	
Passivo de arrendamento	1.035	(6.943)	
Outras contas a pagar	(27.465)	54.217	
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(27.465)	54.217	
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(260)	
Juros pagos de financiamentos	(14.359)	(8.494)	
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(41.824)	45.463	

Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
	2021	2020	
Compras de imobilizado (Nota 10)	(49.748)	(81.837)	

LATICÍNIOS PORTO ALEGRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. - CNPJ/MF: 60.301.334/0001-03				
As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: (a) Vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis - Os ativos imobilizados são depreciados ou amortizados durante sua vida útil, até o limite de seu valor provável de realização. A vida útil é baseada nas estimativas da administração em relação ao período em que os ativos gerarão receitas e é periodicamente revisada para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os novos valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas (Nota 11). (b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos - A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda e a contribuição social, sendo necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado (Nota 20). (c) Provisão para contingências - A Companhia figura como parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. As avaliações da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos da Companhia (Nota 9). (d) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - A Companhia realiza análise de realização de títulos a receber baseado em média histórica e classificação de rating de clientes para definição de expectativa de não realização de créditos. A partir dessa classificação, a Companhia estimou o valor de perda estimada Provisões são constituídas para saldos que a administração entende que há risco de recebimento (Nota 6). (e) Provisão para obsolescência de estoque - A Companhia realiza análise de realização de seus estoques em geral, a fim de identificar eventuais produtos que possam se tornar obsoletos. Esta prática é realizada com base no giro do estoque e constatações durante inventário físico. Provisões são constituídas para saldos que a administração entende que não conseguirá realizar (Nota 7).				
5 Caixa e equivalentes de caixa				
	2021	2020		
Recursos em bancos e em caixa	3.693	1.621		
Aplicações financeiras	18.552	23.445		
	22.245	25.066		
Em 2021 e 2020, as aplicações financeiras referiam-se a fundos de investimentos abertos indexados ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), com incidência de IOF, em moeda nacional, remunerados a taxas que variavam de 75% a 115% do CDI.				
6 Contas a receber de clientes				
	2021	2020		
Contas a receber de clientes	162.073	124.699		
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 22)	2	46		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.068)	(2.799)		
	159.007	121.946		
Não há títulos dados em garantias conforme políticas da companhia. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento, conforme demonstrado abaixo:				
	2021	2020		
À vencer	147.253	119.336		
Vencidas:				
Até 30 dias	7.740	783		
de 31 a 60 dias	1.066	267		
de 61 a 90 dias	761	98		
de 91 a 180 dias	901	402		
de 181 a 360 dias	947	961		
Acima de 360 dias	3.407	2.898		
	162.075	124.745		
Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:				
	2021	2020		
Saldo inicial	(2.799)	(2.075)		
Constituição	(565)	(831)		
Reversão	296	107		
Saldo final	(3.068)	(2.799)		
A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao "Contas a receber de clientes", está divulgada na nota explicativa 24.4.				
7 Estoques				
	2021	2020		
Produtos acabados	75.157	49.240		
Insumos e almoxarifado	37.400	24.369		
Produtos em elaboração	5.099	4.043		
Estoque de matéria prima	2.302	1.571		
Estoque em poder de terceiros	1.925	4.171		
Estoque em trânsito	982	914		
Provisão para perdas de estoques	(50)	(62)		
	122.815	84.246		
Em 31 de dezembro de 2021 foi constituída uma provisão para perdas em estoques de produtos acabados no montante de R\$ 50 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 62). Não há quaisquer ônus gerais, garantias prestadas e/ou restrições à plena utilização dos estoques.				
8 Tributos a recuperar				
	2021	2020		
ICMS (a)	52.342	44.003		
COFINS (b)	39.451	34.104		
PIS (b)	14.792	10.392		
IRPJ e CSLL pago a maior (c)	391	941		
IRRF sobre aplicações financeiras	2.646	2.706		
Outros impostos a recuperar	21	1.325		
	109.643	93.471		
Circulante	107.039	89.228		
Não circulante	2.604	4.243		
	109.643	93.471		
(a) A Companhia tem acumulado crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços				
Depósitos bancários em contas correntes (S&P / Moody's)				
	2021	2020		
BB- / Ba3	3.693	1.621		
	3.693	1.621		
Aplicações financeiras (S&P / Moody's)				
	2021	2020		
BB- / Ba3	18.552	23.445		
	18.552	23.445		
Contas a receber de clientes e outras contas a receber - A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Os clientes da Companhia são, em sua maioria, grandes redes varejistas com boas avaliações de rating. O faturamento está pulverizado, onde aproximadamente 65% da carteira está distribuída entre 30 grandes redes. Com isso, a Companhia não considera que seus recebíveis estejam concentrados e a Diretoria da Companhia realiza análises periódicas visando pulverizar ainda mais os seus recebíveis. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis no nível individualizado e pelo total dos recebíveis por clientes. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico assim como o risco do cliente. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esta análise é realizada pela Companhia continuamente em sua carteira de recebíveis de forma a identificar se existem indícios de "impairment" sobre os títulos de cada cliente que compõe a carteira. Se sim, a Companhia avalia se o cliente inadimplente apresentou garantias reais e se as mesmas são suficientes para cobrir a exposição líquida da Companhia. Caso as garantias reais não sejam suficientes, a Companhia reconhece a provisão para créditos de liquidação duvidosa no resultado. Na Nota 6, a Companhia demonstra a sua carteira de recebíveis por idade de vencimento e o montante de provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída. (c) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. As exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados futuros e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são oriundos das posições mantidas nas rubricas contábeis de fornecedores (Nota 12), empréstimos e financiamentos (Nota 13) e outras contas a pagar (Nota 14). Na Nota 13 é demonstrado o fluxo estimado de pagamentos superiores a 12 meses. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. 3.2 Gestão de capital - A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos acionistas, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio, buscando equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 podem ser assim resumidos:				
	2021	2020		
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 13)	221.626	132.724		
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(22.245)	(25.066)		
Divida líquida	199.381	107.658		
Total do patrimônio líquido	546.275	529.336		
Total do capital	745.656	636.994		
Índice de alavancagem financeira - %	27	17		
3.3 Estimativa do valor justo - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A seguir, a classificação dos ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). A Administração entende que os demais instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão dos vencimentos destes instrumentos financeiros se darem em data próxima ao balanço. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: (i) Equivalentes de caixa - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente equivalentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Na data de apresentação das demonstrações financeiras não existem diferenças significativas entre o valor contábil de caixa e equivalentes de caixa e o valor justo. O cálculo de valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. (ii) Contas a receber e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. (iii) Empréstimos, financiamentos e debêntures - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos não diferem substancialmente dos valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado, exceto para as debentures sobre as quais não incide juros, e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.				
4 Instrumentos financeiros por categoria				
	2021	2020		
Mensurados ao custo amortizado				
Caixa e bancos	3.693	1.621		
Aplicações financeiras	18.552	23.445		
Contas a receber e outras contas a receber	166.544	127.195		
	188.789	152.261		
Passivos financeiros				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(221.626)	(132.724)		
Fornecedores e outras contas a pagar	(108.151)	(84.938)		
	(329.777)	(217.662)		
Instrumentos financeiros líquidos	(140.988)	(65.401)		
11 Intangível				
	2021	2020		
Software	2.286	1.913		
Patentes e marcas de clientes	2.286	1.913		
Ágio	993	481		
Total	5.565	4.307		
Em 31 de dezembro de 2019	2.286	1.913		
Em 1º de janeiro de 2020	385	-		
Aquisições	(91)	(5)		
Transferências (ii)	(633)	(196)		
Amortização	(1.947)	(1.908)		
Em 31 de dezembro de 2020	1.947	1.908		
Em 1º de janeiro de 2021	71	-		
Aquisições	(608)	(196)		
Transferências (ii)	(5.895)	(488)		
Depreciação	(212.719)	(209.336)		
Em 31 de dezembro de 2021	917	481		
Não foi identificado nenhum indicativo de impairment nos ativos.				
12 Fornecedores e outras contas a pagar - (a) Fornecedores				
	2021	2020		
Fornecedores de leite	(60.393)	(52.289)		
Fornecedores diversos	(40.477)	(25.982)		
Partes relacionadas (Nota 22)	(1.080)	(1.501)		
	(101.950)	(79.772)		
(b) Outras contas a pagar				
	2021	2020		
Contas a pagar por aquisição de investimento	(1.693)	(2.116)		
Outras contas a pagar	(4.508)	(3.050)		
	(6.201)	(5.166)		
Circulante	(4.508)	(3.472)		
Não circulante	(1.693)	(1.694)		
	(6.201)	(5.166)		
13 Empréstimos e financiamentos				
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020		
	Não Circulante	Circulante	Total	
Capital de Giro	8,50% a.a. (65.924)	- (65.924)	(20.047)	- (20.047)
Finame	2,50% a.a. (2.633)	(2.069)	(4.702)	(3.150)
Mútuo	4,34% a.a. (142.000)	(9.000)	(151.000)	(29.825)
	(210.557)	(11.069)	(221.626)	(75.000)
			(29.825)	(104.825)
			(79.702)	(132.724)
O valor justo dos empréstimos e financiamentos não diferem significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na média atual de empréstimo de 6,02% a.a. para capital de giro e 10,50% a.a. para Finame. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía dívidas sujeitas a covenants ou cumprimento de manutenção de índices financeiros contratuais, bem como não possuía dívidas em moedas estrangeiras. Os bens adquiridos através de finame estão dados como garantias das operações de financiamento que viabilizaram a sua aquisição que em 31 de dezembro de 2021 possuíam valor residual de R\$ 7.348. As operações de capital de giro têm como garantia os produtos agrícolas adquiridos com os recursos, estoques de produtos acabados, contas a receber de clientes, outros garantias da companhia não especificadas pelos bancos ou ainda como recurso garantidor final, aval e/ou fiança bancária de seus acionistas. Os empréstimos e financiamentos registrados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:				
	2021	2020		
2022	-	(77.633)		
2023	(10.442)	(1.442)		
2024	(592)	(592)		
Após 2024	(35)	(35)		
	(11.069)	(79.702)		
Movimentação:				
	2021	2020		
Em 1º de janeiro	(132.724)	(108.238)		
Obtenção de empréstimo	(146.000)	(155.000)		
Juros provisionados	(10.409)	(7.094)		
Pagamento de empréstimo	53.149	129.114		
Juros pagos	14.358	8.494		
Em 31 de dezembro	(221.626)	(132.724)		
- ICMS no curso normal das suas operações, bem como em decorrência das aquisições relevantes de itens do ativo imobilizado. A Companhia mantém planos para realização dos créditos constituídos ao longo do próximo exercício. (b) Devido ao tratamento tributário aplicável em suas operações até o advento da Lei 13.135/15 com vigência a partir de outubro de 2015, a Companhia acumulou, ao longo dos anos, créditos de PIS e de COFINS. Referida lei, entre outras disposições, permite a compensação de créditos presumidos com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), bem como o ressarcimento em caixa do saldo excedente, o que vem possibilitando a utilização do saldo acumulado. A Companhia mantém planos para realização dos créditos constituídos ao longo do próximo exercício. (c) A Companhia realizou pagamentos a maior de imposto de renda e contribuição social anteriores a consolidação da sua interpretação quanto a exclusão da base de cálculo destes tributos de subvenções governamentais contempladas no entendimento dado pela Lei Complementar 160/2017. A Companhia mantém planos de recuperação destes créditos tributários.				
9 Depósitos judiciais e provisões para contingências - A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.				
	2021	2020		
	Contingências	Depósitos judiciais	Contingências	
Funrural (a)	-	7.483	-	
Trabalhistas	(819)	379	(935)	
Cíveis	(1.604)	292	(19)	
Tributárias (b)	(1.553)	6.877	(2.530)	
Total	(3.976)	15.031	(3.484)	
a. A Companhia possui parcelamento Funrural, classificado como contingências até 2019 e reclassificado para obrigações tributárias ao longo de 2020, devido à homologação do parcelamento naquele ano. Saldo depositado em juízo durante o período de discussão está mantido até homologação definitiva da Receita Federal para compensação com o saldo registrado no Passivo (Nota 14). b. A Companhia possui parcelamentos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, decorrente da denúncia espontânea feita pela própria Companhia em atendimento a fiscalizações dos termos de intimação referente identificação de indícios de infração à legislação tributária e de descumprimento dos termos do Regime Especial de Tributação concedidos a companhia.				
Movimentação:				
	2020	2021	2020	
	Adições	Baixas	Adições	
Funrural	-	-	7.483	
Trabalhistas	(935)	(354)	470	
Cíveis	(19)	(1.642)	57	
Tributárias	-	(70)	(70)	
Menos valia contingências	(6.761)	-	(6.761)	
(-) Amortização menos valia contingências	4.231	-	1.047	
Total	(3.484)	(2.066)	1.574	
			(3.976)	
			12.045	
			3.510	
			(524)	
			15.031	
A Companhia apresentou as seguintes contingências classificadas como perda possível.				
	2021	2020		
Trabalhistas	-	65	2.445	
Cíveis	-	3.169	1.473	
Tributárias (i)	-	20.721	15.810	
	-	23.955	19.728	
(i) Tramita-se em sua maioria de processos administrativos tributários em curso, onde a Companhia discute glosas de crédito tributário junto à Receita Federal do Brasil				
	2021	2020		
	Contingências	Depósitos judiciais	Total	
Terrenos	27.200	152.307	8.692	
Edificações	27.200	152.307	8.692	
Instalações	-	39	4	
Máquinas e equipamentos	-	317	(17)	
Direito de uso de arrendamento	-	(17)	(17)	
Outros	-	102.304	(6.544)	
Construções em andamento	-	(1.528)	(1.566)	
	27.200	179.543	9.537	
	27.200	179.543	9.537	
Em 1º de janeiro de 2021	321	-	134	
Aquisições	-	-	(94)	
Transferências (ii)	-	39.080	126	
Depreciação	-	(5.895)	(488)	
Em 31 de dezembro de 2021	27.521	212.719	9.175	
(i) As taxas referentes ao direito de uso arrendamento estão demonstradas na Nota 15. (ii) Em 2021, refere-se substancialmente à transferência para bens em operação por aceite técnico das novas plantas de Leite em Pó em Antônio Carlos (MG) e Leite UHT em Rio Novo do Sul (ES). Em 2020, refere-se substancialmente à transferência para bens em operação por aceite técnico das novas plantas de Iogurte, Frescal, Cottage e Creamcheese em Antônio Carlos (MG). As vidas úteis dos bens do ativo imobilizado estão descritas na Nota 24.7. Os bens adquiridos através de finame estão dados como garantias das operações de financiamento que viabilizaram a sua aquisição que em 31 de dezembro de 2021 possuíam valor residual de R\$ 7.348. As operações de capital de giro, quando exigido, têm como recurso garantidor final aval de seus acionistas. Os finames estão apresentados na Nota 13. Não foi identificado nenhum indicativo de impairment dos ativos.				
14 Obrigações tributárias				
	2021	2020		
Parcelamento Funrural (a)	(16.516)	(17.350)		
Parcelamento ICMS (b)	(4.059)	(10.876)		
ICMS	(1.950)	(2.098)		
FUNRURAL a recolher	(817)	(757)		
PIS/COFINS/CSLL	(28)	(69)		
INSS a Recolher - Serviços Prest PJ	(40)	(52)		
ISS a Recolher	(37)	(42)		
IRRF a Recolher	(11)	(22)		
	(23.458)	(31.266)		
Circulante	(5.331)	(6.142)		
Não circulante	(18.127)	(25.124)		
	(23.458)	(31.266)		
(a) A Companhia possui parcelamento Funrural, classificado como contingências até 2019 e reclassificado para obrigações tributárias ao longo de 2020, devido à homologação do parcelamento naquele ano. A empresa possui um depósito judicial no valor de R\$ 7.483, o qual aguarda liberação para compensação do parcelamento, o que vai reduzir consideravelmente o pagamento de efeito caixa efetivo da Companhia. (b) A Companhia possui parcelamentos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, decorrente da denúncia espontânea feita pela própria Companhia em atendimento a fiscalizações dos termos de intimação referente identificação de indícios de infração à legislação tributária e de descumprimento dos termos do Regime Especial de Tributação concedidos a companhia. Devido à boa gestão tributária exercida pela Companhia, parte do parcelamento foi quitado imediatamente com Crédito Acumulado de ICMS, no momento do registro da denúncia, e o restante registrado via parcelamento.				
15 Passivos de arrendamento - Para a adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia estimou a taxa de desconto com base em taxas de mercado compatíveis com as praticadas para a aquisição de ativos similares, para os prazos estimados dos seus contratos. As taxas utilizadas no cálculo são de 8,5% a 12% a.a. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição dos passivos de arrendamento está demonstrada na tabela abaixo:				
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020		
	Não Circulante	Circulante	Total	
Arrendamento de Imóveis (a)	(846)	(8.975)	(9.821)	
(-) AVP Arrendamento de Imóveis	752	2.096	2.848	
Arrendamento de Máquinas e equipamentos (b)	(1.888)	(14.362)	(16.250)	
(-) AVP Arrendamento de Máquinas e equipamentos	916	2.893	3.809	
	(1.066)	(

LATICÍNIOS PORTO ALEGRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. - CNPJ/MF: 60.301.334/0001-03		
(c) Dividendos - Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estabelecido no estatuto social, o qual foi registrado em 31 de dezembro de 2021		
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	16.939	71.979
Constituição da reserva legal (5%)	(847)	(3.599)
Destinação para reserva de incentivos fiscais	(16.092)	(52.265)
Base de cálculo dos dividendos	-	16.115
Dividendos	-	4.029
Total de dividendos	-	4.029
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício - %	-	25
17 Receita - A reconciliação da receita bruta para a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício é como segue:		
	2021	2020
Vendas de produtos	1.197.928	985.373
Vendas para partes relacionadas (Nota 22)	507	166
Impostos sobre vendas	(216.828)	(185.169)
Subvenção para investimento (i)	108.096	91.679
Devoluções, trocas e descontos	(38.490)	(39.133)
Comissões, bonificações e verbas pagas	(25.798)	(26.038)
Total	1.025.415	826.878
(i) A incidência dos impostos sobre a venda se mantém reduzido proveniente do regime especial tributário concedido pela Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais, com redução na alíquota efetiva do ICMS nas vendas oriundas de Minas Gerais. Este benefício visa fomento das operações da Companhia no Estado de Minas Gerais, conforme Protocolo de Intenções registrado junto ao Estado de MG, que inclui investimentos como o realizado na planta de Antônio Carlos (MG).		
18 Custos e despesas por natureza		
	2021	2020
Custo e despesa por natureza		
Materia-prima e materiais	(772.270)	(570.714)
Fretes e carretos	(49.313)	(41.977)
Pessoal	(79.772)	(72.748)
Depreciação e amortização	(26.678)	(18.333)
Energia elétrica	(15.455)	(12.575)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(14.150)	(9.999)
Conservação e limpeza	(9.904)	(6.993)
Combustíveis e lubrificantes	(9.707)	(6.973)
Outros	(22.411)	(15.210)
Total	(999.660)	(755.522)
Custo e despesa conforme DRE		
Custo das vendas	(921.136)	(689.871)
Despesas com vendas	(52.423)	(44.518)
Despesas administrativas	(25.360)	(20.760)
Outras despesas, líquidas	(741)	(373)
Total	(999.660)	(755.522)
19 Resultado financeiro		
	2021	2020
Juros sobre mútuo	(7.943)	(1.166)
Juros sobre empréstimos bancários	(2.466)	(5.928)
Juros e multa sobre parcelamentos tributários e atrasos	(1.304)	(3.594)
Ajuste a valor presente de arrendamento	(396)	613
IOF	(37)	(188)
Despesas financeiras	(12.146)	(10.263)
Juros recebidos	1.655	1.610
Rendimentos de aplicações financeiras	1.020	3.987
Receitas financeiras	655	1.444
Resultado financeiro	3.330	7.041
Total	(8.816)	(3.222)
20 Imposto de renda e contribuição social - (a) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social à alíquota efetiva - Em 2021 e 2020, a Companhia apurou perspectiva de alíquota efetiva zero (0%) de imposto de renda e contribuição social para os exercícios futuros. Suas projeções de imposto de renda e contribuição social diferidos foram ajustadas a essa nova perspectiva de realização futura, sendo os valores de exercícios anteriores revertidos. A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e efetiva de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:		
	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.939	68.134
Alíquota nominal combinada do IR e da CS - %	34%	34%
IR e CS às alíquotas da legislação	(5.759)	(23.166)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	-	-
Subvenção para investimentos	5.639	17.770
Incentivo lei do bem	451	867
Despesas indutíveis	(558)	(714)
Indenizações e estorno de provisões	2.161	5.243
Subvenções para investimentos e outros incentivos fiscais não utilizados	(1.934)	-
Estorno de tributos correntes e diferidos constituído em exercícios anteriores devido a mudança de prática contábil (Nota 1.3)	-	3.845
Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	3.845
Alíquota efetiva combinada do IR e da CS - %	0%	6%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	3.845
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	3.845
Total	-	3.845
21 Lucro por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.		
	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	16.939	71.979
Quantidade de ações no fim do exercício (milhares)	114.501	114.501
Lucro básico por ação no fim do exercício - R\$	0,15	0,63
	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	16.939	71.979
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício (milhares)	114.501	113.957
Lucro básico por ação por média ponderada de ações em circulação no exercício - R\$	0,15	0,63
22 Transações com partes relacionadas - As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: (a) Vendas de produtos e serviços		
	2021	2020
Rações Porto Alegre Indústria e Comércio Ltda.	1	12
Granjas Carneiro	490	152
João Lúcio Barreto Carneiro	11	2
José Afonso Barreto Carneiro	5	-
Total	507	166
(b) Compras de produtos e serviços		
	2021	2020
CNA Participações Ltda.	830	673
Futura Construções Ltda. - ME	53	-
JRA Participações Ltda.	554	448
G3 Construções Ltda *	7.019	5.001
Granjas Carneiro	1.484	1.320
João Lúcio Barreto Carneiro	2.999	1.434
José Afonso Barreto Carneiro	1.990	964
Total	14.929	9.840
* o fornecedor G3 Construções Ltda. presta serviços de construção civil, e foi contratada para serviços prestados nas construções das novas plantas da Companhia.		
(c) Saldos decorrentes das vendas/compras de produtos/serviços		
	2021	2020
Contas a receber de partes relacionadas		
G3 Construções Ltda	-	-
Futura Construções Ltda. - ME	2	-
Granjas Carneiro	-	44
João Lúcio Barreto Carneiro	-	1
José Afonso Barreto Carneiro	-	1
Total	2	46
Fornecedores partes relacionadas		
CNA Participações Ltda.	80	68
G3 Construções Ltda	158	591
JRA Participações Ltda.	54	45
Granjas Carneiro	143	158
João Lúcio Barreto Carneiro	459	528
José Afonso Barreto Carneiro	186	111
Total	1.080	1.501
(d) Empréstimos e financiamentos		
	2021	2020
Valores a pagar		
Emmi do Brasil Holding Ltda.	151.000	104.825
Total	151.000	104.825
(e) Remuneração de pessoal chave - Em 2021, a remuneração do pessoal chave da LPA foi R\$ 6,084 (R\$ 4.631 em 2020).		
23 Seguros - A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:		
	Montante de cobertura	
Bens segurados	Unidade	Riscos cobertos
Fábricas de Ponte Nova, Mutum, Antônio Carlos, Valença e Rio Novo do Sul;		Danos materiais (bens móveis e imóveis)
Postos de leite de Rio Pomba, São Gotardo, Muriaé e São Gonçalo do Pará; CD de Contagem		Alagamento
		Danos elétricos
		Vandalismo
		Lucros cessantes
		Responsabilidade Civil Geral
		Transporte de carga
Patrimônio	Veículos da empresa	Veículos
		100% tabela Fipe
		2.104.849

A política da Companhia é iniciar o processo de cotação e renovar as apólices até 3 meses antes do vencimento de cada apólice.

24 Resumo das principais políticas contábeis - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão detalhadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **24.1 Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual atua. A moeda funcional da Companhia é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais é o Real (R\$). **24.2 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **24.3 Ativos financeiros - 24.3.1 Classificação** - A Companhia classifica seus ativos financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2019, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía apenas ativos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado. A Companhia não possui operações com derivativos. **24.3.2 Reconhecimento e desreconhecimento** - Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **24.3.3 Mensuração** - No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **24.3.4 Impairment** - A Companhia avalia em base prospectiva as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **24.3.5 Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **24.4 Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As provisões para impairment dos saldos de contas a receber para fins de atendimento ao CPC 48 foi apurado a partir de análise do saldo a receber, baseado em média histórica e classificação de rating de clientes para definição de expectativa média percentual de não realização de créditos. A partir do rating, foi apurada uma provisão de impairment do saldo de contas a receber com expectativa de perda definida com média histórica, conforme percentuais a seguir:

Rating	Descrição	% Provisão
1	Clientes que possuem limite inferior a R\$2.500,00	23,34%
2	Clientes que possuem limite inferior a R\$5.000,00	0,00%
3	Clientes que possuem limite inferior a R\$10.000,00	0,00%
4	Clientes que possuem limite superior a R\$10.000,00, porém possui um limite definido	0,26%
5	Clientes especiais com valor ilimitado	0,00%

O saldo apurado com esta metodologia para fins de atendimento do IFRS 9 foi comparado com a apuração da provisão registrada no balanço, e a Companhia verificou que o saldo registrado é suficiente para atender esta nova metodologia de apuração. Portanto, não houve impacto relevante na apuração. **24.5 Estoques** - Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos necessários para efetuar a venda. **24.6 Ativos intangíveis - (a) Ágio** - O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **(b) Marcas registradas e licenças** - As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. **(c) Relações contratuais com clientes** - As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **(d) Softwares** - As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **24.7 Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui também os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	2021	2020
Edificações	25-35	25-35
Instalações	10-25	10-25
Máquinas e equipamentos	10-11	10-11
Veículos	4-5	4-5
Outros	5-10	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 24.8). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. **24.8 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros** - Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **24.9 Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **24.10 Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso e valor pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **24.11 Provisões** - As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **24.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda ("IR") e Contribuição Social ("CS") do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IR e a CS correntes são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O IR e a CS diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **24.13 Reconhecimento da receita - (a) Receita de vendas** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia, que é coincidente com o valor nominal de venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir, ou seja, quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos produtos vendidos que serão transferidos aos clientes. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(b) Receitas financeiras** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **24.14 Arrendamentos** - A Companhia aluga imóveis comerciais para sua operação, máquinas e equipamentos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos superiores a 12 meses, porém eles podem incluir opções de prorrogação. As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia é a arrendatária, a Companhia optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: * pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; * pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; * valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; * o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; * pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia: * sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamento recentes contratadas com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; * usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e * faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: * o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; * quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; * quaisquer custos diretos iniciais; e * custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **24.15 Distribuição de dividendos** - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **24.16 Receita de Subvenção para Investimento** - A incidência dos impostos sobre a venda se mantém reduzido proveniente do regime especial tributário concedido pela Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais, com redução na alíquota efetiva do ICMS nas vendas oriundas de Minas Gerais. Este benefício é registrado contabilmente com deduções da receita, conforme requerimentos legais, e o montante utilizado como benefício tributário na apuração do imposto de renda e contribuição social é demonstrado na Nota 16.

25 Eventos Subsequentes - Foi aprovado pelos Conselhos da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas na data de 08/03/2022, a emissão de 20.964.361 ações, ao valor de R\$ 4,77 cada, totalizando R\$ 100.000, integralizados em sua totalidade em mesma data, em iguais proporções.

João Lúcio Barreto Carneiro - Diretor Presidente - CEO
Carlos Magno Armond Mafia - Diretor Administrativo e Financeiro - CFO
Ewerton Almeida Bretz - Contador - CRCMG - 106.920/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Laticínios Porto Alegre Indústria e Comércio S.A. - Ponte Nova - MG **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Laticínios Porto Alegre Indústria e Comércio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Laticínios Porto Alegre Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que

LATICÍNIOS PORTO ALEGRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. - CNPJ/MF: 60.301.334/0001-03

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações

financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG
Fabrício Cristiano Viana
CRC MG-090199/O-2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9EFE-5E43-0EA0-FDC9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9EFE-5E43-0EA0-FDC9



Hash do Documento

49B87424B2DA4F5C6441B531F91C3A16B5FE32FF8F094089BD30FF7D73EB0BE0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/03/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 23/03/2022 21:44 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

